

## XXVIII Convenção Nacional da ANFIP está se aproximando; inscreva-se!

A XXVIII Convenção Nacional da ANFIP será realizada de 8 a 10 de novembro. Pela primeira vez na história da Entidade, esta edição será totalmente virtual, devido às restrições sanitárias ocasionadas pela pandemia. Todas as informações necessárias estão disponíveis na página oficial do evento (acesse [AQUI](#)).

As inscrições também já estão disponíveis! Basta clicar no espaço indicado, antes de “programação”, digitar o CPF do associado e preencher o que se pede.

**Sobre o evento** - A XXVIII Convenção Nacional é o maior evento da Associação, que reúne Auditores Fiscais de todo o país para debates sobre os desafios futuros, além de ser um momento de confraternização entre os participantes. Neste ano não será diferente! A ANFIP está utilizando a tecnologia para viabilizar este evento com excelência.

É também durante a Convenção que serão apresentadas as chapas que devem concorrer aos cargos dos Conselhos Executivo e Fiscal da ANFIP.

Não fique de fora! Participe!



## Interessados em receber a Agenda 2022 devem manifestar interesse até 22/11

Associados, a Agenda 2022 já está em produção. Como é feito todos os anos, o material só será enviado para aqueles que manifestarem interesse em recebê-lo até dia 22/11.

Portanto, se você quer receber a Agenda 2022, envie sua manifestação pelo e-mail [cadastro@anfip.org.br](mailto:cadastro@anfip.org.br), com seu nome completo e o pedido de recebimento.

A ANFIP ressalta que, como as agendas serão produzidas exatamente de acordo com a demanda, elas serão enviadas somente para aqueles que se manifestarem.



**Confira as novidades do Jurídico sobre Gifa e GDAT**  
**PÁGINAS 2**

**Semana de intensa mobilização contra a Reforma Administrativa**  
**PÁGINA 4**

**Live do Dia do Servidor presta homenagem aos associados**  
**PÁGINA 5**

## Jurídico

# GIFA: ANFIP é vitoriosa em Ação Rescisória ajuizada pela União

Na quarta-feira (27/10), ocorreu o julgamento da Ação Rescisória, ajuizada pela União Federal no Superior Tribunal de Justiça, que objetivava anular a decisão da ação de conhecimento da GIFA - Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação. A ação possibilitou o início de mais de 400 (quatrocentas) execuções desde 2014, que tramitam na Justiça Federal do Distrito Federal e no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A Primeira Seção do STJ entendeu que a Ação Rescisória não atendia os requisitos do Código de Processo Civil, ressaltando que o julgamento do acórdão rescindendo esteve em conformidade com o entendimento do próprio Tribunal.

Assim, a ANFIP irá aguardar a publicação do acórdão e, caso não haja recurso da União e após o trânsito em julgado, retomará as tratativas para a realização de acordo com a Advocacia-Geral da União, além do trâmite regular das execuções.

## GDAT: Novo andamento processual

Informamos que, na terça-feira (26/10), os autos do processo da GDAT (Gratificação por Desempenho de Atividade Tributária) foram remetidos à Instância Superior. O Agravo em Recurso Especial interposto pelo advogado que representa a ANFIP, Aldir Passarinho Filho, deverá agora ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Após recebimento e registro pelo egrégio órgão superior, os autos seguirão à triagem para análise dos pressupostos de admissibilidade do recurso, após este procedimento, o processo será distribuído ao Ministro Relator.

Quando for designado ao Relator, a ANFIP solicitará audiência, para que seja dada preferência na apreciação do recurso.

Embora ainda não seja possível estimar a data de possível julgamento pelo STJ, seguimos atuantes na defesa de todos os beneficiários desta ação, e divulgaremos em nosso site os novos andamentos.

### Breve histórico do processo:

- Em 2017, todas as requisições foram expedidas antes do dia 1º/07, proporcionando aos associados da ANFIP a inclusão de seus precatórios para pagamento em 2018.

- Paralelamente ao andamento da execução, a União deu continuidade aos embargos à execução, por meio de diversos recursos, na tentativa de evitar a expedição dos precatórios e RPV (Requisição de Pequeno Valor) ou de impedir o pagamento.

- Ainda em 2017 foi determinado o bloqueio dos requisitórios expedidos e, desse modo, na medida em que eram depositados, os valores ficavam retidos com a marcação de 'alvará' pelas instituições bancárias.

- Em 2018, o primeiro julgamento foi marcado para o

dia 17/07 e a Associação foi vencedora em todos os quesitos propostos no julgamento, inclusive na conservação dos valores das requisições. Entretanto, a Turma Ampliada entendeu que as contas judiciais deveriam permanecer bloqueadas até o trânsito em julgado da ação, visto que já havia a consideração da possibilidade de a União recorrer.

- O novo julgamento ocorreu em 27/02/19, a Associação teve seus Embargos de Declaração parcialmente acolhidos e que os Embargos da União foram rejeitados. Os desembargadores reiteraram que as contas judiciais devem permanecer bloqueadas até o trânsito em julgado da ação, visto que ainda há a possibilidade de a União recorrer.

- Publicado acórdão em abril/2019, abriu-se prazo para manifestação das partes. A ANFIP apresentou Recurso Especial em 26/04/2019, e a União apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário em 06/06/2019, visto que o órgão federativo possui prazo de manifestação em dobro.

- Em 12/2019, houve decisão denegatória dos recursos interpostos pelas partes. Com a publicação da decisão em 01/2020, a ANFIP apresentou Agravo em Recurso Especial em 29/01/2020. Ato contínuo, abriu-se prazo para manifestação da União. Em seguida, houve a suspensão das atividades dos tribunais por conta da pandemia Covid-19.

- Após o retorno das atividades do tribunal, a União apresentou agravos em Recurso Especial e Recurso Extraordinário.

- O processo recebeu ordem de migração ao PJe em 09/02/2021, tendo a migração ocorrido em 20/03/2021 e os autos foram conclusos para admissibilidade recursal em 21/05/2021.

- Em 26/10/2021 os autos foram remetidos ao STJ.

### EXPEDIENTE LINHA DIRETA

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

**DIRETOR RESPONSÁVEL**  
Benedito Cerqueira Seba

**EDITORA**  
Ludmila Machado

**REPORTAGEM**  
Dalana Lima, Ludmila Machado, Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

**EDITORÇÃO ELETRÔNICA**  
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

**CONSELHO EDITORIAL**  
Décio Bruno Lopes  
Eucélia Maria Agrizzi Mergár  
Crésio Pereira de Freitas  
José Arnaldo Gonçalves Ferreira  
Benedito Cerqueira Seba  
Cesar Roxo Machado



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)



[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)



[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)



[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## ANFIP e especialistas debatem a influência da Reforma Tributária nos estados e municípios

Para apresentar diferentes visões sobre a influência da Reforma Tributária nas receitas dos estados e municípios, a ANFIP realizou, na quarta-feira (27/10), mais uma edição da Série Grandes Debates. O evento contou com a participação de representantes dos setores público e privado para discutir o tema.

O presidente da ANFIP, **Décio Bruno Lopes**, destacou a importância do debate para incentivar o que ele classifica como “consciência tributária”, especialmente neste momento em que tramitam no Congresso Nacional diversas propostas que alteram o sistema. “É o momento de levar à sociedade um pouco mais de conhecimento. Uma reforma impacta a vida de todos”, disse. E frisou: “vamos levar a todos os cidadãos a necessidade de entenderem que só há desenvolvimento econômico e social se todos se integrarem na função de financiar o Estado”.

A realidade dos municípios foi abordada por Rodrigo Fantinel, secretário da Fazenda de Porto Alegre e vice-presidente da Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais). Segundo ele, há um consenso de que é necessária uma reforma no sistema brasileiro, especialmente que traga simplificação, com redução da quantidade de obrigações acessórias. Desta forma, o secretário acredita que haverá melhorias no ambiente de negócios e, como consequência, no desenvolvimento do Brasil. Da mesma forma, destacou, “é impensável qualquer reforma que aumente a carga tributária”.

O secretário falou ainda sobre a PEC 110/2019, que cria o IVA Dual, com o IBS (ICMS + ISS) e a CPS (substituição da Pis/Cofins). A proposta de juntar tributos, para Fantinel, não é o melhor caminho para a reforma. “Achamos que isso pode aumentar ainda mais a complexidade do nosso já complexo sistema tributário”, avaliou. Além disso, há desconfiança de que o contencioso tributário acabe se elevando, porque, de acordo com Fantinel, se criam novas discussões que não existem hoje.

**Gilberto Natividade Alvarenga**, membro da CNC (Comissão de Reforma Tributária da Confederação Nacional do



Comércio de Bens, Serviços e Turismo), defendeu que as principais premissas que precisam ser consideradas em uma reforma tributária devem ser simplicidade, transparência e não cumulatividade. “A simplicidade é um ponto que deveria existir, mas não está nas propostas atualmente apresentadas. Ela muitas vezes é oposta à justiça social. Estipular uma alíquota única para todos pode ser muito simples, mas ela não vai captar a capacidade contributiva de cada um dos contribuintes que estão ali sofrendo a tributação. Todos nós temos o dever de pagar tributos e no exercício desse dever nós temos uma série de garantias que precisam ser observadas e a reforma tributária precisa captar tudo isso”, completou.

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, **Cesar Roxo Machado**, explicou as principais fontes de financiamento dos estados e municípios e como podem ser afetadas pela Reforma. O representante destacou dois dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que podem atingir o financiamento dos entes federativos caso sejam aprovados sem modificações: o primeiro é a PEC 110/20, que, ao criar o IVA Dual, define que quem fará a arrecadação do imposto e a definição dos repasses será o conselho federativo do IBS; o segundo é o Projeto de Lei 2337/21 (Imposto de Renda), que reduz a alíquota do Imposto de Renda das empresas de 15% para 8%, diminuindo a arrecadação da União.

**André Horta Melo**, diretor do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do DF (Comsefaz), abordou a divisão de receitas entre a União, estados

e municípios e o federalismo brasileiro, a divisão de poder entre as unidades autônomas. Segundo o diretor, houve um crescimento muito grande do serviço público nos municípios, e isso requer um financiamento para que seja prestado o serviço que o cidadão merece. “A fórmula de um bom federalismo é que os serviços tenham recursos suficientes para serem prestados, independentemente se são prestados pelo órgão central, município ou estado. Então, quando se mexe no sistema tributário é necessário pensar nessa questão; não adianta pensar que só simplificar vai resolver, precisa ver como ficará em termos de recursos”, explicou.

**Luigi Nesse**, presidente da CNS (Confederação Nacional de Serviços), informou que a entidade é contrária à forma como estão sendo apresentadas as propostas de reforma. “Tínhamos que ter mais chance de debater o assunto. Não podemos fazer uma reforma tributária de forma atabalhoada, sem definir o critério que vamos utilizar para distribuir esses recursos de uma forma definitiva e coerente. Defendemos que, para qualquer reforma, o objetivo é aumentar o emprego e a possibilidade do empreendedorismo”, disse o presidente, destacando que, para isso, é necessário alterar os impostos sobre a folha de pagamento, substituindo pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Segundo presidente, o tributo é uma forma mais simples de financiar a Previdência e se tivesse sido implementado durante a pandemia haveria um aumento de arrecadação.

Assista à transmissão completa [AQUI](#).

## Entidades protestam contra Reforma Administrativa em semana de intensa mobilização



A ANFIP, junto a diversas entidades representativas e às centrais sindicais, participou durante a semana de uma série de mobilizações contra a Reforma Administrativa e o desmonte do serviço público brasileiro.

Na quinta-feira (28/10) foi realizada passeata, em Brasília.

O ato foi iniciado no Espaço do Servidor, na Esplanada dos Ministérios, e seguiu para a Praça das Bandeiras.

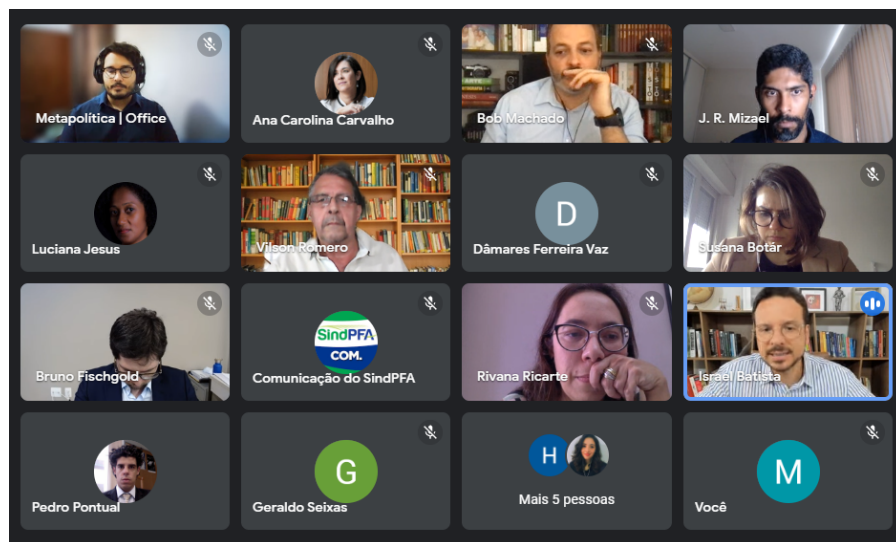
Na quarta-feira (27/10), a ANFIP esteve presente nas concentrações realizadas no Anexo II da Câmara dos Deputados e acompanhou as atividades planejadas pelas centrais sindicais.

Em campo, estiveram presentes os vice-presidentes José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Políticas de Classe e Salarial).

José Avelino também participou na terça-feira (26/10) de ato realizado no Aeroporto Internacional de Brasília, onde os servidores fizeram pressão sobre os parlamentares que chegaram à capital. A mobilização se estendeu, em seguida, para o Anexo II da Câmara dos Deputados, onde os servidores fizeram alertas sobre os malefícios da matéria.

A proposta, que altera dispositivos constitucionais sobre os servidores públicos, segue parada na Casa. O momento é decisivo para impedir seu avanço e é necessário que todos participem das ações.

## Após pronunciamento de Guedes, Frente Servir Brasil fortalece campanhas contra a Reforma Administrativa



No domingo (24/10), o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que os subsídios para bancar o Auxílio Brasil virão diretamente da Reforma Administrativa, sem esclarecimentos sobre como acontecerá seu financiamento. O programa foi criado pelo governo para substituir o Bolsa Família e custará cerca de R\$ 30 bilhões aos cofres públicos.

Diante do pronunciamento, a Frente Servir Brasil convocou uma reunião, na segunda-feira (25/10), para discutir o

ocorrido e tratar das PECs 32/2020 (Reforma Administrativa) e 23/2021 (Precatórios). Durante o encontro, a afirmação do ministro foi duramente criticada, uma vez comprovado e reconhecido pela própria equipe econômica que a PEC 32/20 não possui impactos fiscais reais.

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, participou da reunião e ressaltou a importância de dar continuidade aos atos virtuais e presenciais contra a matéria. “Cada voto

que virarmos são dois a menos do outro lado. É fundamental continuarmos neste combate”, concluiu.

A PEC 32/20, da Reforma, segue parada na Câmara, ainda sem quórum para aprovação. Por outro lado, a PEC dos Precatórios, que foi aprovada na semana passada pela Comissão Especial, continua sendo acelerada pelo governo para evitar debates e desestabilizar a oposição sobre o tema.

De acordo com o deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), que também participou da reunião, é necessário estabelecer contato com o mercado e com o setor financeiro, além de articulação parlamentar para a votação da matéria no Plenário. Diante dos desafios de mobilização contra a PEC 23/21, uma das soluções encontradas foi fundi-la com os movimentos contra a PEC 32/20, a fim de unir forças.

Ainda sobre o pronunciamento do ministro, o Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) elaborou uma nota de repúdio alegando insegurança, improvisado e falta de transparência na gestão do orçamento e dos gastos públicos no Brasil. O material pode ser conferido [AQUI](#).

## Frente do Serviço Público se reúne para discutir pautas do Congresso Nacional

As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público se reuniram na segunda-feira (25/10) para discutir as pautas em andamento no Congresso Nacional que afetam os servidores. Pela ANFIP, estiveram presentes o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Segundo o coordenador da Frente, deputado Rogério Correia (PT/MG), a PEC 32/20 não deve ser pautada nesta semana, pois entre as prioridades da Câmara para o período estão a PEC 23/21 (Precatórios) e a aprovação do Auxílio Brasil.

O deputado criticou o fato de o governo utilizar diversas estratégias de desmonte do Estado, como as PECs já citadas, e a privatização da Petrobrás como uma necessidade para viabilizar o pagamento do auxílio, quando deveria encontrar outras formas de financiar o benefício. As entidades defendem o pagamento de auxílio e a redução das desigualdades, porém também discordam das medidas tomadas pelo governo.

Vilson Romero reforçou que é indispensável que as entidades



prossigam com as mobilizações contra a Reforma Administrativa. “Funcionou muito bem na semana passada, é importante continuarmos nas redes sociais com mensagens, vídeos e cards, e com os corredores nos aeroportos”, disse.

As lideranças de oposição da Câmara fizeram um requerimento de instalação de uma Comissão Geral para discutir questões de interesse dos servidores, com a participação das entidades. Os representantes aguardam a resposta da solicitação.

## Evento virtual marca comemoração do Dia do Servidor

Em homenagem ao Dia do Servidor Público, a ANFIP promoveu, na quinta-feira (28/10), mais um evento virtual de sucesso, proporcionando uma tarde cultural riquíssima a todos os associados ativos, aposentados e pensionistas, com direito a homenagens, depoimentos, música e muito mais!

Realizando a abertura da live, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, deu as boas-vindas a todos, e declarou o prazer de encontrar os associados, mesmo de maneira virtual. “Estamos aqui mais uma vez comemorando o Dia do Servidor. E esse foi mais um ano de incertezas, e, às vezes, até angústia pois no início do ano nós estávamos à frente do fantasma da redução de remuneração, do congelamento de salário por mais de 10 anos e outras aflições que nos levaram a ter incertezas, além do isolamento social trazido pela pandemia. Mas nós não nos deixamos levar, nos reinventamos, fomos à luta e nos integramos à diversas outras entidades de servidores, participamos de mobilizações e levamos à sociedade de forma geral informações úteis sobre que estava acontecendo”, disse.

O secretário da Receita Federal do Brasil, José Barroso Tostes Neto, também deixou sua mensagem no evento, e garantiu que os planejamentos, ações e objetivos da RFB sempre visam a valorização dos servidores, para que possam atuar com excelência e com a certeza de que são valiosos e essenciais para a instituição e para o país.

A transmissão contou com a palestra do superintendente da 3ª Região Fiscal, João Batista Barros da Silva Filho, que falou sobre a importância da valorização do servidor e o seu papel na formação do Estado democrático. “Não existe democracia sem Estado e não existe Estado e nem grandes civilizações sem os servidores públicos. Os servidores são fundamentais. Somos escolhidos por uma sociedade para cuidar de seus interesses coletivos”, disse.

Também homenagearam os servidores o vice-presidente de



Assuntos Parlamentares da ANFIP e escritor, José Avelino, com um poema especial; e os associados Rubens Ribeiro dos Santos (Auditor Fiscal ativo), Paulo Américo do Nascimento (Auditor Fiscal aposentado) e Meire Terezinha Fava de Barros (pensionista).

Durante a live, que reuniu mais de mil colegas, foram realizados pela associada Silvia Regina Scisinio Ferreira, de Niterói (RJ), sorteios de um Smartphone Samsung Galaxy A72, um Tablet Samsung Galaxy S6, uma Smart TV LG 50” + Monitor de 24”, um Notebook Lenovo Ultrafino Ideapad e um Notebook Samsung Book Intel. Confira a relação de ganhadores abaixo.

Aos associados que não conseguiram participar do evento ao vivo, a transmissão pode ser acessada a qualquer momento [AQUI](#).

### Sorteados:

183 – Eddy Vinicius Basso (PR) - Smartphone Samsung Galaxy A72

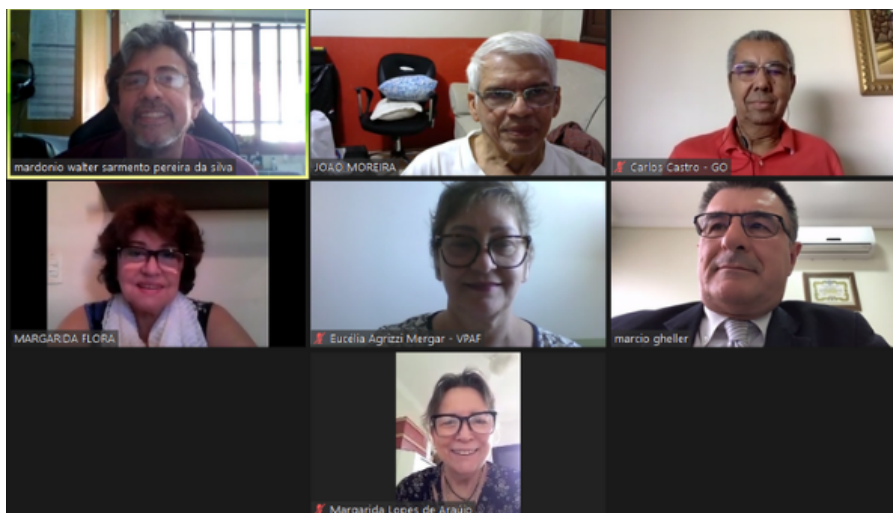
767 – Regina Cincotto Soares de Melo (SP) - Tablet Samsung Galaxy S6

867 – Carlos Alberto Sanches Ribeirão Preto (SP) - Smart TV LG 50” + Monitor de 24

832- Paulo Roberto Mendes de Araújo (MA) - Notebook Lenovo

87- Hildebrando Pimentel de Albuquerque (PE) - Notebook Samsung

## Comissão alinha ajustes finais do Manual de Governança Corporativa



A Comissão de Governança da ANFIP reuniu-se na quarta-feira (27/10) com os especialistas em consultoria organizacional Mardonio Sarmiento e Margarida Flora, que apresentaram as

atualizações da produção do Manual de Governança Corporativa da Entidade.

Durante o encontro, os participantes apontaram sugestões para aprimorar o documento. O manual consolidará

regras corporativas alinhadas a processos administrativos modernos, aperfeiçoando a prestação de serviços da ANFIP. Após finalizado, será apresentado aos Conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal para aprovação.

Participaram da reunião, pelo Conselho Executivo, os vice-presidentes João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação), a quem cabe a coordenação, Márcio Humberto Gheller (Executivo), supervisor dos trabalhos, e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais). Pelo Conselho de Representantes esteve presente Carlos José de Castro (GO). Também esteve presente a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo.

## ANFIP realiza reunião com representante da Cooperforte



O vice-presidente de Assuntos Assistenciais da ANFIP, Ariovaldo Cirelo, se reuniu na quinta-feira (28/10), na sede da Entidade, em Brasília, com o gerente de área da Cooperforte, João Daniel da Silva, para tratar de assuntos relacionados aos serviços oferecidos pela cooperativa de crédito.

Por meio da parceira, são oferecidos empréstimos com taxas baixas e investimentos com boa rentabilidade de mercado.

Ainda na reunião, o presidente da Cooperforte, Edson Monteiro, foi convidado a participar da XXVIII Convenção Nacional da ANFIP, que vai acontecer de 8 a 11 de novembro, para apresentar a cooperativa aos associados, como parte da programação do dia 10/11.

## RFB define datas para o retorno de servidores ao trabalho presencial



Foi publicada a [Portaria RFB nº 74, de 20 de outubro de 2021](#), que determina o retorno gradual dos servidores da Receita Federal ao trabalho presencial.

Até o dia 30 de novembro, devem voltar todos que estiverem registrando frequência com o código 00387 – para atividades remotas devido à pandemia – ou os que estão

com a frequência abonada com o código 00388 – relativo ao afastamento em razão da Covid-19.

Os demais servidores da Receita devem voltar até 31 de dezembro. A medida só não se estende aos profissionais que já optaram pelo Programa de Gestão, que permite o teletrabalho e fixa metas de produtividade em substituição ao controle de frequência.

De acordo com o texto, em respeito às recomendações das autoridades sanitárias, a RFB será responsável por providenciar a adequação dos espaços nas unidades, garantindo que o procedimento seja o mais seguro possível para os trabalhadores e trabalhadoras.

## ANFIP integra Assembleias convocadas pelo MOSAP

Na quinta-feira (28/10), os vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares) participaram das Assembleias Ordinária e Extraordinária convocadas pelo Mosap (Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas). O encontro se deu nos formatos virtual e presencial, e respeitou todas as medidas de biossegurança relacionadas à Covid-19.

Durante a ocasião, foi aprovado o parecer do Conselho Fiscal do Mosap sobre as contas referentes ao período de outubro de 2020 a setembro de 2021, bem como o relatório de atividades deste ano e a proposta orçamentária para 2022. Além disso, foram realizadas alterações no Estatuto da entidade e apresentado um breve resumo sobre os resultados obtidos com a atualização do site e das redes sociais do Movimento. De acordo com os presentes, os novos serviços alcançaram resultados mais que satisfatórios.

O presidente do Mosap, Edison Haubert, aproveitou a



oportunidade para cumprimentar a todos os presentes pelo Dia do Servidor Público, e agradeceu o apoio das entidades, entre elas a ANFIP, diante das dificuldades enfrentadas no período de pandemia. Haubert firmou o compromisso de continuar em dia com todas as responsabilidades fiscais e gerais da entidade, “sempre com muito respeito e orgulho”.

A próxima reunião do grupo está prevista para o dia 22 de novembro, também de forma híbrida.

## Associados devem acessar área restrita para atualização cadastral

Os associados da ANFIP que precisarem fazer atualização cadastral na base de dados da Associação devem acessar a área restrita do site, fazendo o login com CPF e senha. Dentro da página restrita, é preciso clicar no seu nome, no canto direito do site. Na janela do menu, escolha “atualizar informações”.

Na plataforma exclusiva dos associados, também é

possível acessar informações e assuntos de interesse particular, documentos, lista de aniversariantes do mês de cada UF, acesso direto ao portal de convênios e muito mais!

Caso não tenha ou perdeu a senha, entre em contato com o setor de Informática da ANFIP ([informatica@anfip.org.br](mailto:informatica@anfip.org.br)) ou clique em “esqueceu sua senha”.

### Estaduais

## Live sobre doenças degenerativas reúne associados da Agafisp

Diversas orientações sobre exames clínicos, laboratoriais e de imagem que detectam doenças degenerativas, em especial o Alzheimer, foram objeto da reunião virtual realizada pela Agafisp, em parceria com a Geap – Fundação de Assistência ao Servidor Público, na quarta-feira (27/10).

O palestrante e debatedor convidado foi o neurologista William Alves Martins, do Hospital da PUCRS, que também abordou os diversos medicamentos utilizados e as formas de prevenção da demência e outros efeitos da perda neurológica.

O encontro realizado através da plataforma Zoom Meetings, que faz parte do projeto Agafisp Mais Perto de Você, está disponível para acesso no canal do YouTube.

O dia 21 de setembro foi instituído como Dia Mundial da Doença de Alzheimer e Dia Nacional da Conscientização da Doença



do Alzheimer, com o intuito de esclarecer os sintomas desse transtorno e combater o estigma que envolve essa condição.

O palestrante: William Alves Martins, formado em Medicina com Láurea Acadêmica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 2011, cursou sua residência médica em Neurologia no Hospital São Lucas, da PUCRS, no período de 2012-2015. Realizou especialização em Epilepsia e Neurofisiologia Clínica no

Epilepsy Center da Cleveland Clinic, Ohio, EUA, em 2016-2017. Atua na área de Epileptologia e Neurologia Geral, tendo experiência em epilepsias de difícil controle e cirurgia da epilepsia, distúrbio do movimento e neurovascular. Atua como preceptor do ambulatório de Neurologia Geral e Epilepsias Graves e de difícil controle da PUCRS. Faz parte dos grupos de pesquisas em Doenças Neurovasculares e de Cirurgia da Epilepsia da PUCRS.

## Associados aprovam alterações no Estatuto da Agafisp e comemoram Dia do Servidor



O Salão Nobre da Federação das Associações Comerciais dos RS (Federasul), no centro de Porto Alegre, foi palco de um importante momento para a Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, nesta quinta-feira (28/10).

Os Auditores Fiscais, associados da Agafisp, e inúmeros convidados da capital e interior participaram do almoço

comemorativo ao Dia do Servidor Público. Estiveram também presentes o ex-presidente da ANFIP, Marville Taffarel; o superintendente adjunto da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, Ademir Gomes de Oliveira; a presidente do Conselho Deliberativo, Dulce Willennbring de Lima; e o presidente da Estadual, Luiz Carlos Santos da Silva, além de diversos diretores.

Antes do almoço comemorativo, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, para deliberar sobre algumas propostas de adequação do estatuto da entidade.

Entre os itens aprovados estão modificações no período do mandato de Diretores e Conselheiros, a data da realização das eleições gerais, a possibilidade de homologação de chapas únicas de Diretoria e Conselhos e o estabelecimento do quantitativo de conselheiros eleitos, que hoje é paritário com o número de conselheiros natos (ex-presidentes).

## Frente RS alinha atos da semana contra a PEC 32/20



A Frente Gaúcha em Defesa do Serviço Público realizou mais uma reunião, na segunda-feira (25/10), para analisar o cenário sociopolítico nacional

e alinhar as melhores estratégias contra a PEC 32/20, da Reforma Administrativa.

Durante a ocasião, os parceiros trataram dos movimentos unificados,

com grandes concentrações no Aeroporto Internacional de Brasília e no Anexo II da Câmara dos Deputados. Segundo o grupo, essas mobilizações deverão ser ainda mais amplas para recepcionar os parlamentares que retornam ao trabalho presencial ao longo desta semana.

As entidades civis dos municípios também estarão na luta, na tentativa de chamar a atenção dos prefeitos e das comunidades para os prejuízos da matéria e dar continuidade à pressão.

A reunião foi virtual e contou com a presença de diversas entidades atuantes na defesa do serviço público brasileiro. Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

## Benefícios

### Aproveite a Carência Zero para novas adesões ao plano Unimed Vitória

As novas adesões ao plano de saúde Unimed Vitória, com vigência entre 1º/11 e 30/11, estão com **Carência Zero\***. Anote na sua agenda, pois os diferenciais são imperdíveis!

Essa é a parceria da ANFIP e da Benevix oferecendo aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil serviços que atendem aos seus interesses.

Além da Carência Zero, o plano foi reformulado e passa a oferecer **diferenciais de mercado**, com uma nova tabela de mensalidades com descontos exclusivos; isenção de seis mensalidades associativas da ANFIP para novos Auditores

Fiscais que aderirem ao plano; reajuste de mensalidades somente em fevereiro de 2023; plano odontológico sem custo de mensalidades ou coparticipações.

Para fazer a adesão, os Auditores Fiscais podem entrar em contato com a Benevix pela **Central de Vendas 0800 591 0534**. Aproveite essa oportunidade!

*\*Carência Zero exceto Parto (300 dias) e CPT – Cobertura Parcial Temporária (720 dias). Campanha válida para contratos 6848 (Enfermaria e Apartamento) e 8052 (Rede Diferenciada).*